

PORTUGAL

República Portuguesa

Existem relatos credíveis de tortura e maus-tratos nas prisões. A liberdade de reunião foi prejudicada pelo uso indevido de legislação com décadas de existência. O acesso ao aborto não está totalmente garantido. Dezenas de pessoas ficaram feridas durante ataques contra migrantes na cidade do Porto. Uma vaga de calor excepcional e incêndios florestais causaram cinco mortos. O acesso à habitação a preços acessíveis continua a ser insuficiente.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Em julho, na sequência de visitas a 17 prisões em 2023, o Mecanismo Nacional de Prevenção (MNP) do Gabinete do Provedor de Justiça informou ter encontrado maus-tratos a pessoas detidas em quase metade das prisões visitadas. O MPN manifestou a sua preocupação com o facto de as autoridades não investigarem e não partilharem com os procuradores relatórios credíveis de maus-tratos. O MPN também registou as condições degradantes vividas por dezenas de migrantes enquanto estiveram detidos no Aeroporto de Lisboa. Estas condições incluíam serem obrigados a dormir nas salas de interrogatório e nas zonas de embarque internacional, nalguns casos durante seis noites.

USO EXCESSIVO E DESNECESSÁRIO DA FORÇA

Em outubro, na Cova da Moura, Amadora, um agente da polícia matou a tiro Odaír Moniz, um cozinheiro de 43 anos, afrodescendente, em circunstâncias pouco claras. O assassinio foi seguido de dias de agitação contra a violência policial em vários bairros da capital, Lisboa. Foi aberto um inquérito.

LIBERDADE DE REUNIÃO PACÍFICA

As autoridades continuaram a restringir a organização de manifestações pacíficas. Basearam-se em legislação com décadas de existência para impor encargos e responsabilidades aos organizadores de reuniões pacíficas, bem como em

disposições vagas que criminalizam atos considerados como perturbadores da “ordem e tranquilidade públicas”.

Em janeiro, o então Ministro da Administração Interna ordenou uma investigação às alegações de que a polícia tinha efetuado revistas abusivas a duas ativistas pelo clima, detidas após um protesto, e também mantido todos os ativistas detidos algemados durante mais de dez horas.

Em fevereiro, uma contramanifestação pacífica a uma manifestação de extrema-direita foi, alegadamente, dispersada sem aviso e com recurso a força excessiva. A Inspeção-Geral da Administração Interna iniciou uma investigação sobre as alegações de que o uso de bastões pela polícia tinha levado vários contramanifestantes a necessitarem de tratamento médico, incluindo fraturas nas costelas.

Em julho, oito ativistas do clima, que interromperam o trânsito, durante um curto espaço de tempo, num protesto pacífico, receberam penas de prisão suspensas de 18 meses.

VIOLÊNCIA BASEADA NO GÉNERO

Em fevereiro, a Procuradoria-Geral da República informou que, em 2023, a violência doméstica tinha provocado 22 mortes, das quais 17 mulheres e duas crianças; 72% dos homicídios foram cometidos por parceiros ou antigos parceiros.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

O acesso à interrupção voluntária da gravidez (IVG) não estava garantido em todo o país, devido ao facto de as autoridades não terem regulamentado adequadamente as recusas por objeção de consciência de pessoal médico para realizar IVG.

DISCRIMINAÇÃO

O Procurador-Geral informou em outubro que apenas 17 ações penais tinham resultado de investigações a 895 crimes de ódio cometidos entre 2020 e o primeiro semestre de 2024, enquanto 761 dos casos foram arquivados. Não foram recolhidos dados desagregados sobre estes crimes de ódio. O elevado número de processos por crimes de ódio manteve-se durante o ano.

Em outubro, a polícia excluiu a motivação racial em três ataques separados de seis homens contra cidadãos argelinos e marroquinos na cidade do Porto.

Em junho, na sequência de uma visita ao país, o Comité contra o Racismo e a Intolerância do Conselho da Europa alertou Portugal para a necessidade de melhorar as condições de habitação da população de etnia cigana e de reforçar as medidas de combate aos crimes de ódio.

DIREITO A UM AMBIENTE SAUDÁVEL

Em maio, um estudo científico, revisto por pares, sobre as mortes relacionadas com as ondas de calor, revelou que Portugal foi um dos 20 países mais afetados a nível mundial nos últimos 30 anos, com 650 mortes por ano entre 2010 e 2019. Um outro estudo mostrou que a vaga de calor, que atingiu Portugal em julho, não teria ocorrido sem as alterações climáticas induzidas pelos humanos.

Em setembro, incêndios florestais devastaram o Norte de Portugal, causando cinco mortos e centenas de feridos.

Em outubro, o Governo aprovou medidas para atenuar as alterações climáticas, aumentando o consumo de energias renováveis para 51% até 2030, ultrapassando assim o objetivo global da União Europeia de 42,5%.

DIREITO À HABITAÇÃO

Em maio e setembro, o Governo revogou as medidas introduzidas pelo programa “Mais Habitação” para fazer face à escassez de habitação a preços acessíveis. Foram manifestadas preocupações quanto ao facto de a eliminação de disposições como o congelamento das rendas e a regulamentação do arrendamento de curta duração poderem agravar a escassez de habitação a preços acessíveis.

Em março, o Instituto Nacional de Estatística estimou que quase 13% de toda a população vivia em habitações sobrelotadas. Entre as pessoas em risco de pobreza, 27,7% vivem em condições de sobrelotação.

Dados publicados em junho pela Inspeção-Geral das Finanças estimam que 60% dos inquilinos não tinham contrato de arrendamento registado ou vigente.